

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.452 - RJ (2019/0223996-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : INQUISA-INDUSTRIA QUIMICA SANTO ANTONIO S/A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CID AUGUSTO MENDES CUNHA E OUTRO(S) - RJ076077
EDUARDO JOSÉ DE ARRUDA BUREGIO - RJ076432
THAIS ALVES ARAUJO - RJ198556
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DE NOVA IGUAÇU - RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ
INTERES. : SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : ALESSANDRA KRAWCZUK CRAVEIRO RIBEIRO - RJ087500
RODRIGO BARRETO DE FARIA PINHO - RJ144899
GABRIEL REMOL VELASCO E OUTRO(S) - RJ196499
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, em que é suscitante INQUISA-INDUSTRIA QUIMICA SANTO ANTONIO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DE NOVA IGUAÇU - RJ e o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ.

A suscitante aduz que a União Federal propôs execução fiscal (processo nº 0003224-32.2009.4.02.5110) contra a SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., tendo esta indicado à penhora o imóvel situado na Rua Alan Kardec, nº 463, galpão III, Nova Iguaçu - RJ.

Ressalta, no entanto, que no referido imóvel a empresa recuperanda tem instalado o seu parque industrial.

Esclarece que tal situação se deve ao fato de ter realmente integrado o Grupo Suíssa, até que, no dia 5/5/2011, as empresas componentes formalizaram instrumento de reestruturação, com acordo de permuta de ações e quotas, retiradas, quitação, dentre outros pactos.

Naquela oportunidade, ficou acordado:

*"- a extinção do grupo econômico;
- a segregação das atividades do grupo SUÍSSA;
- As empresas Inquisa e FK ficaram com os sócios Fabio Arnaud e Rosana Arnaud, (atos constitutivos e contrato social em anexo);
- Aumento de capital na Inquisa a ser subscrito pela suíssa e integralizado com o imóvel da Rua Allan Kardec, 463 – Nova Iguaçu/RJ(2.1, 2.1.2, 2.2)."*

A suscitante afirma que ajuizou, com base na Súmula nº 84/STJ, ação incidental

Superior Tribunal de Justiça

de embargos de terceiro (processo nº 0127029-75.2016.4.02.5110), pugnando pelo desfazimento da penhora ao argumento de ser a legítima possuidora do imóvel, a despeito de não estar registrado em seu nome.

Informa que os referidos embargos foram julgados improcedentes, improcedência esta confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, encontrando-se o recurso especial interposto na pendência do devido exame de admissibilidade naquela Corte.

Sustenta que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que compete ao juízo universal apreciar atos de constrição de bens que integram o patrimônio de empresa recuperanda, principalmente de imóvel onde se localiza o seu parque fabril.

Ressalta que o Juízo recuperacional, aliás, em despacho datado de 17/11/2016, teria determinado a indisponibilidade do imóvel penhorado na Justiça Federal (fl. 103 e-STJ).

Requer que seja determinado, de plano, o sobrestamento da execução fiscal nº 0003224-32.2009.4.02.5110 e que, ao final, seja invalidada a penhora efetivada pelo JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ.

O pedido de liminar foi indeferido às fls. 207/209 (e-STJ).

Os juízos suscitados prestaram as informações solicitadas (fls. 212/215 e 218/221 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 223/227 e-STJ), opinou pela declaração de competência do JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ.

É o relatório.

DECIDO.

O presente conflito não se encontra devidamente configurado.

O Superior Tribunal de Justiça admite conflito de competência envolvendo o juízo de recuperação judicial, quando um juízo diverso pratica atos de constrição contra bens da empresa recuperanda.

A jurisprudência, homenageando o princípio da preservação da empresa, pacificou-se no sentido de que, após o deferimento do pedido de recuperação judicial, atos de constrição contra o patrimônio da empresa recuperanda devem passar pelo crivo do Juízo recuperacional.

No entanto, não se pode considerar que, no caso, se está inequivocamente diante de constrição de patrimônio da ora suscitante.

Como oportunamente informou O JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ

Superior Tribunal de Justiça

"A sentença proferida nos autos dos Embargos de Terceiro, processo nº 0127029-75.2016.4.02.5110 (INQUISA – INDÚSTRIA QUÍMICA SANTO ANTÔNIO S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL x UNIÃO FEDERAL), que tramitou nesta 2ª Vara Federal de São João de Meriti, julgou improcedente o pedido, concluindo pela ineficácia da permuta realizada entre a Embargante [ora Suscitante] e Suíssa Industrial e Comercial Ltda, relativamente ao imóvel situado na rua Alan Kardec, nº 463, galpão III, Nova Iguaçu/RJ, em razão da transação ter sido celebrada após a inscrição em dívida ativa.

Informo, ainda, que a execução fiscal nº 0003224-32.2009.4.02.5110 (FAZENDA NACIONAL x SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA), reunida à execução fiscal nº 0000689-04.2007.4.02.5110, na qual foi determinada a constrição sobre o imóvel em questão, encontra-se suspensa até ser proferida decisão definitiva nos autos dos Embargos de Terceiro supramencionados" (fl. 219 e-STJ - grifou-se).

Não se há de discutir, na esfera do conflito de competência, sobre o acerto ou desacerto da referida decisão proferida pelo Juízo Federal, cabendo à suscitante se socorrer tão somente das vias recursais ordinárias para defender a propriedade do bem, para, subsequentemente, se confirmada a sua propriedade do imóvel, buscar a blindagem decorrente dos efeitos práticos do deferimento da recuperação judicial.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA DE BEM EM EXECUÇÃO FISCAL. SOCIEDADE EMPRESARIAL EXECUTADA QUE NÃO FOI INCLUÍDA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS SUSCITANTES. AUSÊNCIA DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INVIABILIDADE DE DISCUSSÃO ACERCA DA PROPRIEDADE DO BEM PENHORADO NA VIA DO CONFLITO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Constatando-se que a execução fiscal, na qual foram penhorados os 100.289 (cem mil, duzentos e oitenta e nove) litros de álcool, foi ajuizada em desfavor da sociedade empresarial AR Transportes Ltda., que foi expressamente excluída do plano de recuperação judicial pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Araçatuba/SP, não há que se falar em conflito de competência a ser sanado por esta Corte Superior.

2. Ademais, ao contrário do que alegam as agravantes, não ficou comprovado que os bens penhorados na execução fiscal fossem de propriedade da Aralco, sendo certo que essa discussão deve ser travada pelos meios recursais próprios, e não na via do conflito de competência.

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt nos EDcl no CC 134.883/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/4/2018, DJe 2/5/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator